

**AO SENHOR (A) PREGOEIRO (A) OFICIAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E
EMPREGO - MTE**

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA CLASSIFICAÇÃO DA
ARREMATANTE: IBROWSE - CONSULTORIA & INFORMATICA LTDA, CNPJ
02.877.566/0001-21 - LOTE ÚNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

(Processo Administrativo nº 19958.101373/2023-11)

A empresa DIGISYSTEM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ 01.936.069/0010-85, qualificada anteriormente, através dos seus representantes, Sr. Marcus Vinicius Rodrigues do Vale, Diretor Unidade Governo, CPF/MF sob o nº 340.021.218-01, e Dr. Sandro Valerio, Advogado, OAB-PR 70.516, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. art. 165, inc. I, b, c, da Lei nº 14.133/2021, tempestivamente apresentar **RECURSO** contra a r. decisão lavrada na Ata da Reunião de Licitação, que consiste em aceitar/habilitar a documentação e proposta da licitante IBROWSE - CONSULTORIA & INFORMATICA LTDA.

A seguir passamos a expor as razões fáticas e legais.

01 – RELATÓRIO DOS FATOS

A recorrente é renomada empresa na área de tecnologia da informação, há muito tempo contrata com a administração pública. Adotando a denominação DIGISYSTEM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, tornou-se conhecida em vários órgãos da Administração Pública como empresa de reputação ilibada.

Ao participar do certame em questão, a recorrente apresentou a documentação para habilitação e a sua proposta. Finda a etapa de lances e julgamento das propostas, viu a empresa licitante IBROWSE ser declarada vencedora do certame.

Entretanto, após criteriosa análise na documentação da Recorrida, foram detectadas algumas irregularidades na sua proposta, situação que deve produzir decisão desfavorável a sua classificação.

À vista disso, é impreterível que este renomado órgão revise os atos administrativos praticados nesta licitação, os quais passamos expor:

02 – DA NECESSÁRIA DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE RECORRIDA.

Pelos princípios do vínculo ao instrumento convocatório e da segurança jurídica, explícitos no art. 5º da NLL, todos os licitantes devem cumprir rigorosamente as regras previstas no edital, de

forma que não há discricionariedade do Pregoeiro em admitir a sua não observância. Edital *in verbis*:

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

No presente caso, apesar de ter sido objeto de **diligência**, a licitante recorrida **não conseguiu atender as regras entabuladas no instrumento convocatório** ao deixar comprovar os quesitos de contratação. Vejamos o TR do Edital:

4.87 - Será admitida a subcontratação em até 20% (vinte por cento) das horas previstas no ITEM 2 da contratação, para os casos em que a CONTRATADA não deter para a execução de horas de serviço de

consultoria especializada de apoio de projetos de TI conduzidos pela DTI. (grifamos).

O limite de subcontratação estampado no edital é medida **vinculante** e define se a licitante possui ou não a capacidade de suportar os encargos contrato. **Para haver subcontratação é necessário que o subcontratado seja Pessoa Jurídica e não CLT.**

Contudo, da análise da documentação apresentada pela recorrida, pode-se concluir com boa margem de segurança que a arrematante não alinhou corretamente sua proposta aos termos do edital.

Destarte, quando inquirida em fase de diligência, a recorrida confessou que **100%** das horas previstas no ITEM 2, **será subcontratada**, extrapolando o limite de 20% definido pelo Edital.

Vejamos recorte da Resposta à diligência da recorrida:

“Assim, a empresa informa que a contratação de sua equipe dar-se-á de forma não-celetista, onde os encargos e benefícios não se aplicam na representação da planilha de custos e formação de preço. Ressaltamos que a empresa respeitará toda a legislação que envolve esta modalidade de contratação”

Ainda, cabe esclarecer que, por decorrência lógica, se a proposta da recorrida indica que será **integralmente “não-celetista”**,

necessariamente será integralmente subcontratada (100% de subcontratação), extrapolando o limite de 20% de subcontratação.

Caso confirmada a alegação levantada neste petição, manter a recorrida classificada seria uma grave afronta aos princípios da **segurança jurídica e vinculação ao edital**. E, para autenticar tal raciocínio, basta que a equipe de apoio deste pregão revise as exigências do item 4.87 do Termo de Referência do Edital **e confronto com a proposta e esclarecimentos apresentados pela recorrida**. Feito isso, a desclassificação da recorrida seria medida justa e necessária, uma vez que já lhe foi dada a oportunidade de demonstrar que a sua proposta atende todos os quesitos do edital em sede de diligência.

Como bem se sabe, a Administração não pode aceitar proposta de licitante que, comprovadamente, for defeituosa, insuficiente na demonstração de sua capacidade para a contratação pretendida. Pois, se trata de inequívoco descumprimento aos termos do edital e legislação em vigor, devendo culminar na sua desclassificação.

Ainda, levando-se em conta o nível de complexidade técnica e financeira que a presente contratação requer, é lícito e até necessário que a Administração **exija que a licitante** apresente proposta condizente com os termos do Edital. O que não foi feito pela recorrida na época certa. Inclusive, também deixou de enviar tempestivamente a DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO, mais uma irregularidade que foi “perdoada” pela Administração.

Desta feita, uma vez comprovado os motivos até aqui apresentados, a empresa recorrida deve ser desclassificada, para não haja

risco de assumir ILEGITIMAMENTE a posição de arrematante do lote, uma vez que a **subcontratação integral dos profissionais no modelo “PJ” produz severas distorções nos valores** apresentados na proposta da recorrida frente aos demais licitantes, também revela um **forte indício de inexecuibilidade** e, certamente irá resultar em futura incapacidade de execução do contrato.

03 - DO VÍNCULO AO EDITAL, DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA LEGALIDADE

Pelo princípio do vínculo ao edital, todos os licitantes devem cumprir rigorosamente as regras previstas no edital. Esse princípio se materializa através dos princípios da legalidade e segurança jurídica no processo licitatório e vem expressamente positivado no art. 5º da lei 14.133 (Nova lei de licitações - NLL), nos seguintes termos:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da **segurança jurídica**, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de*

setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (grifo nosso).

A conclusão direta e imediata, decorrente do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e das regras expressas previstas na legislação de regência das licitações, é que o edital do certame **tem natureza jurídica de ato administrativo normativo e vinculante**, destinado a regular as relações jurídicas vocacionadas à contratação pública de forma que não há discricionariedade do Pregoeiro em admitir a sua não observância.

Portanto, a norma contida no art. 25 da Lei nº 14.133/21, **reforça o antigo entendimento** dado pela Lei 8.666/93, de que o instrumento convocatório tem natureza jurídica de ato administrativo normativo e vinculante, composto por regras: *“o edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, **ao julgamento, à habilitação**, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento”*.

Nota-se ainda, que a Nova Lei de licitações além de conferir ao edital o caráter vinculativo e normativo, também efetiva o princípio da legalidade disposto no caput do artigo 37 da Carta Magna:

Art. 37. *A administração pública direta e indireta de qualquer do Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).*

O princípio da legalidade é a base de todos os demais princípios, uma vez que instrui, limita e vincula as atividades administrativas, conforme refere Hely Lopes Meirelles:

*"A legalidade, como princípio de administração (CF, art.37, caput), **significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.***

A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. É o que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da lei 9.784/99. Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme à lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos.

***Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal.** Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'poder fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim'."(in Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, 27ª ed., p. 86). (grifamos).*

No mesmo sentido, leciona Diógenes Gasparini:

"O Princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade do seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal ou que exceda o âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe à anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular. De fato, este pode fazer tudo que a lei permite e tudo o que a lei não proíbe; aquela só pode fazer o que a lei autoriza e, ainda assim, quando e como autoriza. Vale dizer, se a lei nada dispuser, não pode a Administração Pública agir, salvo em situação excepcional (grande perturbação da ordem, guerra)"
(in GASPARINI, Diógenes, Direito Administrativo, Ed. Saraiva, SP, 1989, p.06). (grifamos).

Neste ponto, convém esclarecer que não estamos afirmando que houve má-fé na condução do certame. Pois tal competência seria dos órgãos de controle que a Administração dispõe.

Contudo, não se pode olvidar que o edital foi ignorado, e, tal fato, é uma “porta aberta” para o cometimento de irregularidade, uma vez que existem fortes indícios de que a proposta da empresa arrematante não atende condição requerida no edital. Edital *in verbis*:

5.2. *Todas as especificações do objeto contidas na proposta **vinculam o licitante**. (grifamos).*

À vista disso, a interpretação encampada pelo Senhor Pregoeiro deve ser totalmente compatível com o ordenamento jurídico atual, também deve ser compatível com o edital que pretende defender. Afinal não é apenas o licitante que está vinculado ao edital, mas a administração também.

Ainda, lembramos o Ilustre Pregoeiro que o Tribunal de Contas da União - TCU, o qual, através da sua jurisprudência, indica caber ao agente público seguir os princípios da **isonomia e da vinculação ao Edital, sob pena de responsabilização**. Vejamos:

*“É obrigatória, em observância ao princípio da vinculação ao edital, a verificação de compatibilidade entre as regras editalícias e as propostas de licitantes. Propostas em desacordo com o instrumento convocatório **devem ser desclassificadas**”. (Acórdão 0460/2013 – Segunda Câmara | Relator: ANA ARRAES). (grifamos).*

*“A **adoção de critério de julgamento distinto daqueles constantes no edital**, ainda que próprio das rotinas do Comprasnet, **macula o certame**”. (Acórdão 0130/2014 – Plenário | Relator: JOSÉ JORGE).*

Enfim, uma vez demonstrado o descumprimento ao

editais e ao princípio da legalidade, tem-se por inequívoca a nulidade do ato administrativo que classificou a proposta da Recorrida.

04 - DA QUEBRA DA ISONOMIA

Ao declarar aceita a proposta da recorrida, admitindo sua precária condição, sem qualquer motivação ou razoabilidade, a Administração fere o **princípio da isonomia**, pois confere tratamento diferenciado, em prejuízo ao recorrente sem qualquer amparo legal.

Sabidamente, trata-se de preceito basilar e indispensável de todo e qualquer ato público, conforme leciona Adilson Abreu Dallari:

*"O princípio da isonomia é uma decorrência imediata do princípio republicano, motivo pelo qual o insuperável Geraldo Ataliba, às páginas 133 e ss. De seu República e Constituição (...), afirmou que ele se irradia sobre todos os dispositivos constitucionais, afetando tanto a elaboração das leis quanto todos os atos administrativos: "...Os poderes que de todos recebem devem traduzir-se em benefícios e encargos iguais para todos os cidadãos. **De nada valer a legalidade, se não fosse marcada pela igualdade. A igualdade é, assim, a primeira base de todos os princípios constitucionais** e condiciona a própria função legislativa, que é a mais nobre, alta e ampla de quantas funções o povo,*

*republicanamente, decidiu criar. **A isonomia há de se expressar, portanto, em todas as manifestações do Estado...*** (in Concurso Público e Constituição. Coordenador Fabrício Motta. Ed. Fórum, 2005. Pg.92). (Grifamos).

Portanto, qualquer ato que venha a comprometer a igualdade entre os administrados deve ser rechaçado pela Administração - como no presente caso.

A esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera:

*(...) todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), **com a destinação pública própria (princípio da finalidade)**, com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e **rendimento funcional (princípio da eficiência)**. **Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado.*** (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716). (Grifamos).

Dito isso, outro deslinde não pode ter o presente caso a não ser a revisão do ato administrativo impugnado, para que seja considerada a desclassificação da licitante recorrida.

05 - AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO

O art. 50, da Lei 9784/99 que dispõe sobre os processos administrativos, prevê claramente:

*Art. 50. Os atos administrativos **deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos**, quando:*

*I - neguem, limitem ou **afetem direitos ou interesses**;*

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

*III - **decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública**;*

(...). (grifamos).

Ocorre que, contrário do previsto na Lei, a decisão impugnada foi tomada sem qualquer motivação, **deixando de relatar os fatos** e motivos **legais** que fundamentassem a decisão de classificar a

proposta da recorrida.

O princípio da motivação do ato administrativo exige do Administrador Público especial cautela na instrução do processo, sob pena de nulidade, conforme assevera Maria Sylvia Zanella di Pietro:

*"O princípio da **motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões**. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. **A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos**". (in *Direito Administrativo*, 24^o ed., Editora Atlas, p. 82). (Grifamos).*

Visto isso, o ato administrativo impugnado, não se encontra devidamente motivado, em clara inobservância à Lei. Razões pelas quais devem conduzir à revisão do ato administrativo com a sua imediata retificação.

06 – DA AUTOTUTELA

Por fim, percebe-se que houve vício insanável na classificação da arrematante, arrastando **insegurança jurídica** ao ato

administrativo e contrariando princípios basilares do direito. Com tudo isso, é impreterível o expurgo da ilegalidade e declaração de nulidade do ato até o momento que se percebeu o vício. Ademais, tal conduta é incentivada pelas Súmulas do STF, que dispõe o seguinte:

Súmula nº 346: *“A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”;*

Súmula nº 473: *“A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.*

Além disso, não se deve perder de vista que, consoante prevê o art. 138 do Código Civil, ***“são anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio”.***

Por sua vez, o inc. I do art. 139 determina que ***“o erro é substancial quando: I – interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais”.***

Ao que tudo indica o Sr. Pregoeiro tinha conhecimento de que a proposta da recorrida padecia de vício insanável, compartilhou publicamente essa preocupação no chat do certame quando propôs diligência e, mesmo assim optou pelo aceite e classificação da empresa ora recorrida. Tal situação revela circunstância incomum, chama a atenção

para a ocorrência que, em tese, **isentaria o proponente arrematante do cumprimento da obrigação derivada de ato viciado e anulável**. Ou seja, todo o negócio está eivado de vício e poderia ser desfeito, inclusive caso a arrematante deseje futuramente se desvencilhar desta obrigação (por possível inexecutabilidade). Edital *in verbis*:

*7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;** (grifamos).*

Por outro lado, caso persista a falta de tratamento isonômico entre as partes, somada a insegurança jurídica causada pela ausência de legalidade do ato. O resultado desta perigosa equação não é outro senão aos agentes públicos as severas consequências pela infringência à lei, inclusive a autoridade superior hierárquica.

Vejamos jurisprudência do TCU.

Responsabilidade. Culpa. Erro grosseiro. Conduta.
*Referência. Incorre no erro grosseiro a que alude o art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 (Lindb), **entendido como grave inobservância do dever de cuidado e zelo com a coisa pública, o gestor que falha nas circunstâncias em que não falharia aquele que emprega nível de diligência normal** no desempenho de suas funções, considerados os obstáculos e as dificuldades reais apresentados à época da prática do ato impugnado. Acórdão 11674/2023 Primeira Câmara (Tomada de Contas Especial, Relator Ministro Jhonatan de Jesus).*

Responsabilidade. Licitação. Homologação. Recurso. Pregão. Princípio da motivação. A autoridade que homologa o pregão deve, sob pena de responsabilização, verificar a existência de fundamentos na manifestação do pregoeiro pelo não provimento de recurso interposto por licitante, especialmente se houve contraposição às razões recursais apresentadas, em observância ao princípio da motivação (art. 2º da Lei 9.784/1999). Acórdão 3972/2023 Segunda Câmara (Pedido de Reexame, Relator Ministro Antonio Anastasia). (grifamos).

Visto isso, a recorrente busca o amparo neste instrumento com o intuito de ver o lícito direito reconhecido. Em síntese, visa restabelecer a ordem administrativa desviada pelos atropelos ao direito e à justiça. Isto posto, perseguindo o melhor interesse público (o bom contrato, o melhor serviço e o atendimento às leis, normas e princípios que regem a coisa pública) e com tudo mais que o conhecimento de Vossas poderá suprir, requer:

07 – DOS PEDIDOS

Seja acolhida e julgada procedente a **retificação na ordem de classificação dos licitantes**, retroceda o ato administrativo até o momento do vício, **declarando inválida e nula a classificação da proposta** da recorrida IBROWSE - CONSULTORIA & INFORMATICA LTDA. e, fazendo cessar seus efeitos e consequências, além das demais cominações de estilo;

E, na hipótese de não ser deferido o presente pedido, o que não se espera, requer-se seja o recurso **encaminhado à autoridade de posição hierárquica superior à Vossa**, junto com as necessárias informações, para sua análise meritória.

Termos em que

Requer deferimento

São Paulo, 14 de julho de 2025.



Digisystem Serviços Especializados Ltda

Marcus Vinicius Rodrigues do Vale

Diretor Unidade Governo



Sandro Valerio - OAB/PR 70.516